

A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (1964-1974): CONTEXTO, PROCESSO E SIGNIFICADO

THE ARMED LIBERATION STRUGGLE OF MOZAMBIQUE (1964-1974): CONTEXT, PROCESS AND MEANING

RESUMO: O presente artigo visa analisar o contexto e processo da luta armada de libertação de Moçambique contra o colonialismo português, pois, passados mais de 50 anos do seu desencadeamento, ainda prevalecem alguns dados por explorar e algumas verdades por confrontar entre as diferentes informações colocadas à disposição do público. Em específico, a partir do contexto geral moçambicano essa análise incide sobre a frente da Província de Niassa, onde, igualmente, foram lançadas as ações militares que deram início à luta de libertação a 25 de setembro de 1964. O trabalho é fruto de pesquisa, cujos sujeitos integram elementos que fizeram parte do primeiro grupo de guerrilheiros que lançou o combate na Província de Niassa e da consulta à exigua bibliografia sobre a matéria.

ÓSCAR NAMUHOLOPA

PALAVRAS-CHAVE: Luta Armada de Libertação; FRELIMO; Frente de Niassa; Moçambique.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the context and the process of the armed struggle for the liberation of Mozambique against the portuguese colonialism as more than 50 years after its outbreak, there are still some data to be explored and some truths to be confronted between the different information made available to the public. Specially from the general Mozambican context, this analysis focuses on the front of Niassa Province where the military actions that began the liberation struggle on September 25, 1964 were also launched. The work is the result of research, whose subjects integrate elements that were part of the first group of soldiers who launched the combat in Niassa Province and the consultation of the limited bibliography on the matter.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

KEYWORDS: Armed Liberation Struggle; FRELIMO; Front of Niassa; Mozambique.

A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (1964-1974): CONTEXTO, PROCESSO E SIGNIFICADO

Óscar Namuholopa ¹

Introdução

Moçambique, país da África Austral, teve a presença portuguesa desde o século XV. Porém, a partir do século XIX as relações passaram a ser de dominação efetiva, tornando assim esse território parte integrante de Portugal continental. Visando implantar a sua autoridade, Portugal adotou várias medidas que implicavam na desativação das estruturas territoriais anteriores e na imposição da soberania lusa. Durante esse período, a privação das liberdades, a categorização da sociedade em classes e a discriminação racial para imprimir uma maior exploração foram evidentes e tornaram-se formas recorrentes de manifestação da autoridade colonial em Moçambique.

À medida que as outras potências imperialistas iam concedendo independência às suas possessões em África, Portugal tornava rígidas as medidas e as relações com as suas colônias. Isso, mesmo depois dos avisos da rebelião de 1960, em Angola, da perda das possessões de Goa, Damão e Diu em 1961 na Índia, do desencadear da luta em 1961 em Angola e em 1963 na Guiné (CAHEN, 2005), faziam Portugal ponderar a sua posição nos territórios ultramarinos. Curiosamente, para ludibriar a comunidade internacional e justificar a sua presença nos territórios africanos, Portugal fazia leves mudanças na sua legislação colonial, porém, no fundo tornava duro o cordão umbilical entre a metrópole e as colônias. Assim, em 1951 extinguiu o Ato Colonial e transformou os territórios coloniais em Províncias Ultramarinas, e em 1961 aboliu o Estatuto Indígena e concedeu cidadania a todos os habitantes do ultramar (MONDLANE, 1975). Porém, a concessão da cidadania foi mero simulacro, pois, de acordo com a fonte, existiam distinções entre as identidades dos que anteriormente ostentavam a cidadania (assimilados) e as dos que eram considerados indígenas.² Os primeiros eram portadores de Bilhetes de Identidades, a exemplo dos cidadãos metropolitanos, e os segundos, possuíam um

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG-2021), professor moçambicano e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS) da Faculdade de Ciências Sociais-UFG. E-mail: oscarnamuholopa@gmail.com

²A administração colonial subdividia a população das colônias em brancos e negros. Por sua vez, os brancos subdividiam-se em europeus e não europeus e os negros, em assimilados e indígenas. De acordo com o Decreto-Lei nº 39 666 (1954), eram indígenas os indivíduos de raça negra tidos como não habilitados aos hábitos portugueses. Conforme o mesmo instrumento, o indivíduo que falasse corretamente o Português, exercesse uma profissão, arte ou

cartão de identidade típico, fato que facilitava a distinção entre os dois grupos, a aplicação de velhas medidas e a ação repressora.

Diante dessa situação e da falta de vontade de negociar para uma eventual concessão gradual da autonomia territorial, a luta armada subsistia como o último e único meio para a conquista da independência. Foi assim que a partir de 1960 nacionalistas na diáspora começaram a organizar movimentos que, embora de forma efêmera, pretendia lutar pela independência de Moçambique, e cuja fusão resultou na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento que dirigiu o processo de luta de libertação. Entretanto, passados mais de 50 anos ainda prevalecem verdades por confrontar, pois alguns dos dados a seu respeito parecem ideológicos, havendo necessidade de sua análise.

A versão mais conhecida sobre a luta armada de libertação de Moçambique é aquela que dá conta que as primeiras ações tiveram lugar na nortenha província de Cabo Delgado a 25 de setembro de 1964, com ataque ao posto administrativo de Cha às 21 horas (MONDLANE, 1975). De acordo com a fonte, essa operação desenrolou-se em conjunto com outros recontros coordenados para assinalar o início da luta armada. Os dizeres de Mondlane sugerem-nos claramente haver outras ações lançadas nesse mesmo dia, apesar de não avançar em maiores informações. Portanto, torna-se necessário buscar as outras ações históricas que marcaram a epopeia libertária em outras frentes e torná-las públicas.

É nesse espírito que no presente trabalho o nosso esforço é no sentido de analisar as diferentes nuances desse processo, com ênfase à província de Niassa, noroeste de Moçambique, um dos epicentros da luta de libertação. O nosso percurso metodológico privilegiou os recursos bibliográficos existentes sobre a matéria, cujas fontes são indicadas ao longo do texto e constam nas respectivas referências finais e os dados colhidos em trabalho de campo feito junto dos guerrilheiros da revolução, alguns dos quais fizeram parte do grupo que lançou as primeiras ações de luta na frente da província de Niassa em 25 de setembro de 1964, proclamando, assim, o início da insurreição armada contra o colonialismo em Moçambique.

As condições históricas da luta de libertação

As condições históricas que contribuíram para o desencadeamento da luta armada de libertação e, por conseguinte, para a independência, podem ser associadas a dois grupos de antecedentes: externos e internos. Os antecedentes externos estão ligados à conjuntura

ofício que o sustentasse e demonstrasse possuir hábitos dos portugueses, perderia o estatuto de indígena e adquiria a cidadania portuguesa (assimilado).

internacional. Depois da Segunda Guerra Mundial o mundo assistiu a viragem da política global. Desde então, o sistema colonial e o imperialismo passaram a ser vigorosamente questionados, ao mesmo tempo em que cresceram os movimentos de luta contra todas as formas de submissão e opressão dos povos.

O Movimento dos não alinhados e o Pan-africanismo exerceram grande influência nesse sentido. O primeiro, de acordo com Vaisse (2005), visava à neutralidade face ao confronto ideológico pós-Segunda Guerra Mundial, que opunha entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, liderado pela URSS, por um lado, e a libertação dos países da América Latina, Ásia e África, por outro. O segundo tinha em vista a união dos africanos para a sua total libertação da opressão (VAISSE, 2005).

Essas tendências buscavam suporte nos princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) que defendiam a igualdade de povos e culturas, a autodeterminação e a integridade territorial dos Estados, acabando assim, por legitimar os movimentos nacionalistas contra o colonialismo (GRAÇA, 2005). As independências massivas de países africanos a partir da década de 1960 e da região em particular, motivaram os moçambicanos a enveredarem pelos mesmos caminhos e a buscarem apoio nesses países.

Por sua vez, os antecedentes internos podem ser subdivididos em remotos e imediatos. Entre os antecedentes remotos, destacam-se o protonacionalismo e a opressão colonial em si. No limiar do século XX começam a florescer tendências protonacionalistas em Moçambique. De acordo com Honwana (2010), os primeiros sinais viriam das camadas iluminadas, entre os mestiços e os poucos negros escolarizados que, ao denunciarem as atrocidades coloniais e defenderem os povos e interesses africanos, difundiam ideias nacionalistas. Era o despertar da consciência nacionalista. Surgiram, assim, organizações de representação, apoio e defesa da causa moçambicana. A primeira foi o Grémio Africano de Lourenço Marques, fundado em 1908, sob a égide dos irmãos Albasini e outra elite de maioria mista (NEVES, 2008). Em 1938, o Grémio passa a se chamar Associação Africana da Colônia de Moçambique. De acordo com os seus estatutos, a organização propunha-se a promover o desenvolvimento moral e intelectual dos seus associados e a defender os direitos e interesses dos mesmos que por lei estivessem garantidos. Porém, paradoxalmente defendia com entusiasmo a nação e a cidadania portuguesa. A organização criou os seus próprios meios de comunicação através dos quais veiculava as suas principais ideias. O primeiro foi *O Africano* (1908-1918) e segundo *O Brado Africano* (1919-1974) (NEVES, 2008). Por meio deles, a Associação reivindicava a justiça, a verdade e a igualdade, principais eixos de defesa da organização.

A segunda organização resultou do desmembramento dos negros do Grémio Africano de Lourenço Marques. Os dissidentes criaram o Instituto Negrófilo de Moçambique em 1932. Esta organização proclama-se ser uma “associação de auxílio proteção e socorro aos negros”. Os seus objetivos - conforme os respectivos estatutos - visavam, entre vários, promover a instrução e a educação dos seus associados. A partir de 1938, o Instituto Negrófilo passa a se chamar Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Se a interferência da Direção dos Negócios Indígenas nos assuntos da organização visava manter o controle ideológico e retardar o avanço das ideias nacionalistas no interior do movimento, isso não passou de engano. Foi no Centro Associativo através do seu braço juvenil, o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), criado em 1949 por Eduardo Mondlane, que floresceram ideias mais enérgicas de luta contra o colonialismo e muitos dos seus membros sofreram ação da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) (HEDGES; CHILUNDO, 1999).

Logo depois que se formou a FRELIMO não tardou para que os seus membros ocupassem importantes lugares na direção. Entretanto, estas e outras organizações sociais e as ações desenvolvidas por elas contribuíram para a emancipação política e o despertar do nacionalismo nos moçambicanos e a formação de movimentos de contestação. A opressão colonial constituiu, de fato, o epicentro do sentimento pátrio e da necessidade de luta de libertação. Desde a sua implantação como regime, o colonialismo em Moçambique manifestou-se de diversas formas, desde a discriminação racial nos espaços públicos, exploração da força de trabalho e outras formas de injustiças sociais. A respeito das injustiças, a diferenciação na forma de tratamento entre branco e negro em igualdade de situação era gritante. De acordo com Hedges e Rocha (1999), entre negro e branco desempenhando a mesma função, a diferença salarial podia chegar a 200% ou até 400% a favor do branco. Essa diferenciação era consciente e visava dar maior poder de compra ao branco e evitar concorrência do *status* social com o negro.

Até meados do século XX, altura em que independências nas possessões francófonas e anglófonas ganhavam forma, o regime de Salazar estreitava as suas políticas de dominação colonial e deixava claro ter a intenção de não se dissociar das suas colônias, como se pode ler:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimientos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente.³

³ Art. 133, Lei 2:048, p. 409.

O trecho demonstra pretensões das autoridades portuguesas em manter o seu domínio territorial e cultural das colônias. Ao que tudo parece, esta lei surge para desafiar alguma corrente que sugeria o contrário, pois, olhando pelo período da sua promulgação (1951), foi depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que crescem os apelos internacionais para a cessação de todas as formas de opressão e subjugação dos povos.

Quanto aos antecedentes imediatos, destacamos o massacre de Mueda e a formação de movimentos de libertação. Sucede, porém, que em 1960 a população do planalto de Mueda, no então distrito de Cabo Delgado dirigiu ao administrador local alguns pedidos, como o fim do trabalho forçado, a autorização de propaganda da Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM) e a liberdade do comércio. Havendo falta de consenso entre as partes, o administrador marcou um novo encontro para o dia 16 de junho na presença do Governador. Perante as reclamações, o governador mandou prender os porta-vozes da população. Por ter depois disso se instalado um clima de rebeldia, o governador ordenou a abertura de fogo contra a população. Centenas de pessoas morreram e o acontecimento ficou conhecido na história como o massacre de Mueda (HEDGES; CHILUNDO, 1999). Este acontecimento, aliado ao desenvolvimento político iminente, contribuído para a formação de movimentos contra o colonialismo.

Um dos primeiros desses movimentos a se constituir foi a União Democrática de Moçambique (UDENAMO), formada em Salisbúria (Harare) em 1960 e chefiada por Adelino Gwambe. Tinha a representação de moçambicanos de Tete, Gaza e Maputo e as suas tendências estavam viradas para a independência de Moçambique. Devido às perseguições da PIDE, o movimento apressou-se mudar para Tanganhica (Tanzânia) em 1961 (HEDGES; CHILUNDO, 1999; MONDLANE, 1975). A outra organização foi a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Esse movimento surgiu em 1960 em Niassalândia (Malawi) como resultado dos acontecimentos do massacre de Mueda e o seu líder foi Baltazar Chagonga. Este movimento era representativo da Província de Tete e sul da Zambézia. Devido à insegurança política, também se mudou para Tanganhica em 1961 (HEDGES; CHILUNDO, 1999; MONDLANE, 1975).

Por último, temos a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), fundada em Mombaça, cidade costeira do Quênia, em fevereiro de 1961. Esta organização resultou da união das antigas associações de trabalhadores dos makonde e makhuwa no Tanganhica. Os seus representantes eram oriundos de Cabo Delgado (HEDGES; CHILUNDO, 1999; MONDLANE, 1975).

Para evitar a dispersão de forças, envidaram-se esforços visando constituir um único movimento de luta pela independência de Moçambique. Foi assim que em 25 de junho de 1962, em Dar es Salam na Tanzânia, formalmente completou-se o processo incipiente de união iniciado pela UDENAMO e MANU para representar Moçambique na Conferência Continental dos Movimentos de Libertação que teve lugar nesse mesmo ano em Gana, quando a estes se junta a UNAMI, formando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (MAAC-DNHPLLN, 2002). Dessa reunião foi eleito Eduardo Mondlane, seu primeiro presidente, e Uria Simango, vice-presidente (MONDLANE, 1975). Assim, estavam criadas as condições de luta pela independência de Moçambique.

Para delinear as suas atividades, de acordo com Mondlane (1975), em setembro do mesmo ano foi realizado o primeiro congresso da FRELIMO, que reuniu delegados de diversas origens nacionais e estratos sociais, estando, assim o país quase todo representado. Contou também com a participação de convidados de outros movimentos africanos de libertação. O congresso definiu os objetivos finais da organização e elaborou um programa de ação que iria orientar a Frente na direção da luta pela independência. O congresso adotou ainda a via armada como a forma de luta contra o colonialismo e definiu o seu inimigo como sendo o sistema colonial e não o povo português.

A preparação da luta de libertação e a frente do Niassa

Depois que foram criadas as condições para fazer frente ao colonialismo com uma única frente unida, a FRELIMO começou os preparativos para o desencadeamento da luta armada. Desde a sua criação, o movimento havia já mobilizado um bom número de membros e a sua diplomacia havia mantido contato com vários países dentro e fora de África visando o apoio desses à causa da libertação de Moçambique. Em outubro de 1963, a FRELIMO começou com o envio de efetivos para países amigos a fim de receberem a preparação militar. Nesse processo destaca-se a Argélia, ex-colônia francesa que alcançara a sua independência por via armada e que prontamente aceitou treinar as tropas da Frente. Outros grupos seriam enviados para Egito, URSS, China e Israel, para domínios de certas especialidades (NDEGUE, 2009).

Depois do retorno, estes tiveram a responsabilidade de preparar tantos outros jovens no interior da Tanzânia, onde a FRELIMO manteve o seu exílio até a independência, e no interior de Moçambique, logo depois que se abriram e estabeleceram as frentes de luta. Criadas essas condições, a direção da FRELIMO decide lançar a ofensiva contra o colonialismo em 25 de setembro de 1964 com apenas 250 homens preparados e organizados em pequenas unidades,

pobrememente equipados, para enfrentar o exército português, com aproximados 35 mil homens fortemente armados (MONDLANE 1975). Devido à sua localização na fronteira norte de Moçambique junto da Tanzânia, as frentes de Cabo Delgado e Niassa são as que tiveram maior avanço da luta, pois estava facilitada a sua comunicação com o comando geral do movimento. As outras fracassaram no primeiro momento e foram reabertas posteriormente.

Para a frente do Niassa, como em qualquer outra, o processo começou com os trabalhos de mobilização. Em específico, de acordo com a comunicação da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional-ACLIN (s/d), esse trabalho coube aos guerrilheiros Daniel Assahel Polela e Bernardo Nkhalamba Thawe que partiram da Tanzânia à Niassa em junho de 1964. No cumprimento da sua missão, estes combatentes fizeram o reconhecimento nos atuais distritos de Lago, Sanga, Lichinga e Vila Cabral (atual cidade de Lichinga). Nestes locais, mantiveram contatos com as seitas religiosas, principalmente com a liderança da Igreja Anglicana, professores, régulos⁴, enfermeiros e simpatizantes. Algumas vezes tinham que se fazer passar por religiosos, vestidos a rigor, com indumentárias típicas dos líderes muçulmanos.

Feito esse trabalho, de acordo com as informações da Direção Provincial para os Assuntos dos Antigos Combatentes de Niassa-DPAAC (2005), o primeiro grupo de guerrilheiros escalado para abrir a frente de Niassa partiu de Congua (primeiro centro de preparação político militar da FRELIMO na Tanzânia) à Dar es Salam nos finais de agosto de 1964 até Mbombaya, onde conseguiu uma embarcação para o transporte do material bélico ao interior de Niassa. Deste ponto, o grupo repartiu-se em dois subgrupos, dos quais um, composto por *Mateus Malipa, Timóteo Matumba, Henriques Calumbaine, José Teodoro e Casimiro Malibane*, levaria o material por via lacustre, escalando primeiro a Ilha de Licoma (Malawi). De Licoma, por mesma via, o material seguiu em direção ao monte Thumbi, povoado de Mbweca, em Cóbue (Distrito de Lago) (ACLIN, s/d).

De acordo com Matias Paulo Macoco⁵ o processo não teria sido tão fácil não fossem os padres anglicanos que os receberam do lado moçambicano e ajudaram a procurar embarcação para o transporte do material. Segundo Macoco, secundado por Mónica Khuni⁶, do povoado de Mbweca, conseguiram a embarcação do membro na clandestinidade, Lewini Khuni, e a canoa de Nzunje com que foram transportar o material da Ilha de Licoma à Mbweca. Esta ação oferecia um duplo risco, pela sensibilidade do próprio material e pela possibilidade de interceptação das autoridades coloniais que estavam em estado de alerta permanente.

⁴ Diminutivo de "Rei", imposição portuguesa aos chefes locais africanos, alegadamente porque existia um só Rei, o de Portugal.

⁵Entrevista. Metangula, 2010.

⁶Entrevista. Lichinga, 2010.

O outro subgrupo, que seguiu a pé, era composto por *Daniel Assael Polela, Oswaldo Assael Tazama, Mateus Cassonjola, Matias Macoco, Tiago Valério Ntucu e Tomás Seleia*. Partindo de Mbomba-Bay (local de separação), fora acompanhado pelo carro da polícia Tanzaniana até Chiwinde, fronteira entre Tanzânia e Moçambique. Deste local, partiu ao interior de Moçambique a pé. Para garantir a sua segurança, o grupo caminhava nas noites e descansava durante o dia, muitas das vezes acolhidos pelos padres anglicanos, em semelhança do anterior. Os dois subgrupos reencontraram-se na noite de 21 de setembro em Mbweca, seguindo-se depois ao monte Thumbi, onde seria instalada a primeira base da FRELIMO em Niassa nesse mesmo dia (ACLIN s/d).

As primeiras ações militares em Niassa

Ao fim da tarde do dia 23 de setembro, o grupo recebeu instruções de que o Comitê Central da FRELIMO havia decidido fixar o dia 25 de setembro como a data do início da luta de libertação de Moçambique. Assim, os combatentes receberam a missão para ser cumprida exatamente na data referida pelo órgão máximo. Em Niassa os alvos iniciais seriam a base naval de Metangula, localizada na sede do atual distrito do Lago e o posto Administrativo de Nungo em Marrupa. Porém, Nungo apresentava-se como um alvo inconveniente, por duas razões: fator mobilização e fator distância. Como referido anteriormente, Nungo não teria sido escalado pelo grupo de avanço para a preparação do terreno. Situados em dois extremos opostos, seria difícil que do dia 15 de setembro, data de entrada dos primeiros guerrilheiros em Niassa, até o dia 21, data da fundação da primeira base, fosse possível, partindo de Thumbi (ocidente), percorrendo uma distância de cerca de 500 km calculados em linha reta, carregado de material bélico e com todas as adversidades possíveis, o grupo alcançasse Nungo (oriente) e começasse as operações militares exatamente como orientara o Comitê Central (DPAAC, 2005; ACLIN, s/d).

Frente das limitações impostas, o grupo definiu o Posto Administrativo de Cóbue como um novo alvo no lugar de Nungo. Novamente, o grupo repartiu-se em dois. Assim, o grupo escalado para atacar a base naval de Metangula era composto por Mateus Malipa (chefe do grupo), José Teodoro Ntauma, Henriques Calumbaine, Timóteo Mateus Matumba e Casimiro Malibane. Por seu turno, o grupo escalado para atacar Cóbue era composto por Daniel Assael Polela (chefe geral), Oswaldo Assael Tazama⁷ (chefe do grupo), Matias Macoco, Tomás Seleia e

⁷ Oswaldo Assael Tazama, depois de chefe do grupo de Cóbue, foi primeiro chefe do DDS Provincial, cargo que assumiu em março de 1965. Depois do Segundo Congresso da FRELIMO, realizado em 1968 em Niassa, foi designado chefe de Defesa Nacional. Depois da independência, entre 1975-1978, foi Comandante Geral da Polícia (primeiro). Entre 1978-1983 foi governador da Zambézia. Em 1984 é nomeado secretário de Estado para os Antigos

Mateus Cassonjola. Para Tiago Valério Ntucu fora confiada à guarda do material no monte Thumbi (DPAAC, 2005). Portanto, no dia 24 de setembro cada um dos subgrupos recebeu a tarefa de reconhecer os seus respectivos alvos definidos, identificando a posição estratégica para ataque, trabalho que foi acompanhado pelos militantes locais. Na noite desse mesmo dia, os subgrupos progrediram em direção aos seus alvos e ficaram posicionados à espera da hora marcada (ACLIN, s/d).

Quer os nossos entrevistados que fizeram parte deste primeiro grupo, quer as informações da ACLIN que temos vindo a citar, ambos concordam que nestes dois alvos definidos a insurreição armada iniciou zero hora do dia 25 de setembro de 1964. Nesses locais, segundo os nossos entrevistados, os primeiros tiros couberam aos respectivos chefes dos grupos, ou seja, a Mateus Malipa em Metangula e Oswaldo Assahel Tazama em Cóbue. Diante da dúvida acerca de quem teria desferido o primeiro tiro, ocorrido em Cóbue, onde estava Daniel Assahel Polela, chefe geral da operação e responsável por tal questão (desferir o primeiro tiro), Bernardo Goy-Goy⁸ indicou que o chefe da operação militar é quem dá o primeiro tiro para servir de sinal de abertura do fogo. O próprio Daniel Polela⁹ confirmou essa informação e referiu que a ele coube supervisionar a hora de começo.

De acordo com Calumbaine¹⁰, o grupo de Metangula confiou a Timóteo Matumba a missão de reconhecimento da base naval e o Posto Administrativo de Metangula. Chegada a hora definida, o subgrupo repartiu-se, tendo Matumba penetrado nas águas até nas proximidades onde estava atracada a embarcação da marinha de guerra. A ele, ajudaram Calumbaine e Malibane que estavam no alto, todos contra aquele barco. Por seu turno, Malipa depois de dar o primeiro tiro para abrir o fogo, junto com Ntaúma, numa posição relativamente alta, direcionaram-se contra o posto administrativo. Quanto ao grupo de Cóbue, de acordo com Matias Mococo¹¹ o reconhecimento do alvo coube a Tomás Seleia, que se fez passar por comprador de cigarro, açúcar e outros produtos, a fim de descobrir as melhores posições. Em semelhança ao grupo de Malipa, este também se subdividiu em dois, sendo um direcionado contra a casa do chefe do Posto e o segundo, posicionado em frente à Administração com intenção de alvejar mortalmente o guarda. Esta tentativa falhou, pois o guarda respondeu o fogo e houve forte troca de tiros.

Combatentes. Tornou-se general na reserva e morreu em 2001, em Niassa. Foi proclamado herói nacional e os seus restos mortais repousam na Crípta dos Heróis Moçambicanos, em Maputo.

⁸ Entrevista. Lichinga, 2010.

⁹ Entrevista. Nampula, 2009.

¹⁰ Entrevista. Lunho-Lago, 2010.

¹¹ Entrevista. Metangula, 2010.

Quanto aos efeitos, a pesquisa apurou que o ataque à base naval de Metangula danificou o barco da marinha de guerra, tendo ficado impedido de desempenhar as suas ações durante três meses. Destruiu ainda o sistema de faróis da marinha de guerra e do sistema elétrico da vila em geral, tendo ficado sem iluminação, o que permitiu a retirada dos guerrilheiros em segurança. O subgrupo que atacou o Posto Administrativo de Cóbue criou pânico e feriu o chefe do posto, que no dia seguinte se refugiou em Metangula e posteriormente na Vila Cabral a fim de receber tratamentos hospitalares. Esta operação destruiu parcialmente os edifícios da administração e da residência do chefe do Posto (ACLIN, s/d).

Após as primeiras ações militares em 25 de setembro, diante do forte clima de tensão e agitação generalizada, não tardou a reação dos portugueses. No dia seguinte, 26 de setembro, enquanto os subgrupos regressavam para fazer o balanço dos ataques realizados, houve uma grande movimentação da tropa portuguesa, da marinha de guerra e da PIDE que procuravam localizar os guerrilheiros da FRELIMO nos arredores de Metangula (DPAAC, 2005). Esta operação precipitou a retirada do grupo da recém-criada base instalada no monte Thumbi para Ngombe, onde iria instalar a segunda base. Segundo Calumbaine, a mudança de Thumbi para Ngombe foi por uma questão estratégica para que, caso o inimigo lhes procurasse, não sabotasse o seu material, visto que enquanto Ngombe passava a ser a nova base, Thumbi continuava a ser o esconderijo do material bélico.

Depois do reencontro do grupo e da prestação dos relatórios parciais, o chefe da operação, Daniel Assahel Polela, parte à Tanzânia no dia 28 de setembro a fim de apresentar o relatório geral sobre o primeiro combate na frente de Niassa. Depois da sua ida, ele não regressou. Segundo conta na sua autobiografia, as razões do seu não regresso estão relacionadas com a polémica em que se envolveu, após a sua chegada à Tanzânia, com a COREMO (Conselho Revolucionário Moçambicano). Segundo ele escreveu, a COREMO era uma facção política de participação da etnia nyanja e era contra a guerra. A facção apelou-o para que mandasse parar a guerra no Niassa. A sua interação com o grupo nessa discussão, embora não estivesse de acordo, fez com que fosse mal compreendido, sendo, por decisão máxima, afastado da frente. Em sua substituição, Oswaldo Assahel Tazama assume a chefia geral do comando da frente do Niassa.

Após algum momento de relativo silêncio, como informaram os integrantes entrevistados, o grupo que até ao momento contava com algum efetivo por si preparado, empreendeu nova ação em 25 de dezembro de 1964, atacando o quartel de Lupilichi. Apontam-se algumas vítimas do lado oposto. Em retaliação, a base de Ngombe foi atacada no dia primeiro de janeiro de 1965 por forças conjuntas do exército português, munidas de armamento pesado.

O ataque durou das seis horas da manhã às seis da noite, com alguns intervalos. Enfurecida, a força portuguesa, através da PIDE, empreendeu uma ofensiva na caça aos guerrilheiros da FRELIMO em todas as artérias do Lago, mas com particular destaque para as proximidades das zonas de origem dos líderes. Por exemplo, haviam sido prometidos alguns escudos¹² em recompensa a quem encontrasse e trouxesse vivo ou morto Mateus Malipa, líder do ataque à base Naval de Metangula. Os progenitores e familiares sofreram prisões e maus tratos sem precedentes (NDEGUE, 2009).

O número de presos políticos acusados de ligação com os “turas”, como negativamente eram conhecidos os guerrilheiros da FRELIMO, crescia exponencialmente desde 1965, não tendo poupado, inclusive, inocentes, parte dos quais foram levados à prisão da Machava em Lourenço Marques (Maputo) onde passavam por torturas. Outros que não seguiam esse caminho eram usados como “rebenta minas”. Jaime Cumpenda¹³ foi militante na clandestinidade e preso em meados de 1965 na companhia de outros. Afirma que, amarrados em fila, seguiam em frente das colunas militares a fim de testarem a possível existência de engenhos explosivos armadilhados. Eram igualmente submetidos a torturas e tratamentos desumanos. Lembra que muitos dos nacionalistas, companheiros seus, morreram nessas condições e outros contraíram deficiências físicas.

Em meios do desenvolvimento da luta armada em Niassa, o grupo de Oswaldo Tazama recebeu em cinco de março de 1965 um reforço para o seu efetivo vindo da Tanzânia, acompanhado pelo respectivo chefe do Departamento de Segurança e Defesa (DSD), Filipe Samuel Magaia. Com esse efetivo, justificava a criação do primeiro comando provincial, ato acontecido em 06 de março desse mesmo ano, que de acordo com a DPAAC (2005), era constituído por:

1. Oswaldo Assahel Tazama - chefe do Departamento de Defesa Provincial (DDP);
2. António dos Santos da Silva - chefe provincial das operações;
3. Sebastião Marcos Mabote - comissário Político Provincial;
4. José Maione - adjunto chefe provincial das operações;
5. Jaime Dique - adjunto comissário político.
6. Fernando Napulula - chefe do material provincial;
7. Mateus Rodrigues Kassonjola - adjunto chefe do material provincial.

¹² Moeda portuguesa à altura em circulação na colônia de Moçambique.

¹³ Entrevista. Lunho-Lago, 2010.

Com esse efetivo e a estrutura provincial, a guerra se alastra para outros distritos, permitindo, assim, lançar a batalha no sentido Norte-Sul. Dessa forma, foram abertas várias frentes regionais que, segundo a nota da ACLN (s/d), estavam assim organizadas:

1. Região Ocidental - composta pelos atuais distritos de Lago, Sanga e uma parte de Muembe e Lichinga. Tinha a sua sede na base provincial Ngungunhane;
2. Região Oriental - constituída pelos distritos de Mavago, Majune, Marrupa, Mecula, Nipepe, Maúa e uma parte de Muembe. Estava sediada na sub-base provincial Msumbiji;
3. Região Austral - constituída pelos distritos de Ngaúma, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas, e uma parte de Lichinga. A sua sede ficava na base Catur nas montanhas de Kwisimba, em Ngaúma.

À exceção da região do Niassa Oriental, que pela localização geográfica da sua sede gozava de uma relativa autonomia, os comandos regionais subordinavam-se ao comando provincial. A região de Niassa Austral teve a missão especial de expandir a luta para as províncias de Nampula e Zambézia, pela sua posição fronteiriça com relação a estas. Porém, essa pretensão foi frustrada por não ter sido feito um bom trabalho de mobilização, ocorrendo traição da população e de líderes comunitários, devido à forte influência da política colonial (ACLIN, s/d). Como fruto do avanço da luta armada, nas zonas de influência militar houve a libertação do povo do controle da administração colonial. Nessas zonas libertadas a população que teria se refugiado nas florestas retomou as suas atividades normalmente, porém, com máxima vigilância. A consciencialização da população sobre essa liberdade contou com os trabalhos de sensibilização dos régulos e missionários, sobretudo anglicanos.

Nas zonas libertadas, as escolas e hospitais foram reestruturados para assegurar estes serviços e a população foi organizada em aldeia para garantir a segurança e a prestação de outros serviços básicos. As anteriores estruturas locais foram gradualmente substituídas pelas comissões do povo, cuja missão era ajudar no trabalho de administração das aldeias e a expandir a política da FRELIMO. Segundo Mondlane (1975), essa medida visava contribuir para o desaparecimento do poder tribal, e por vezes semifeudal e tradicional, e substituí-lo por novas formas de poder. Nas zonas libertadas a FRELIMO exercia as funções de um governo dentro do território nacional, apesar das suas lideranças permanecerem no exílio. Na verdade, as zonas libertadas funcionaram como laboratórios de uma forma de governação que seria posta em prática pela FRELIMO após a independência, apesar dessa experiência ser centrada apenas nas províncias de Niassa e Cabo Delgado, epicentros da luta de libertação, o que dificultaria a sua aceitação noutras em que o modelo era novo.

Uma das evidências desse avanço da luta e da restituição da liberdade nas zonas libertadas foi a realização do Segundo Congresso da FRELIMO em Matchedje, em Niassa, entre 20 a 25 de julho de 1968. Este local era ideal do ponto de vista de segurança para acolher delegados e convidados internacionais. Assim, “o Segundo Congresso, realizado em Moçambique, em julho de 1968, constituiu a vitória de Mondlane” (NEWITT, 2012, p. 453). Vitória, porque permitiu demonstrar ao mundo o avanço da luta de libertação em Moçambique, o que poderia aumentar a credibilidade da FRELIMO nos meandros internacionais.

O Congresso, de acordo com a fonte, tomou decisões importantes sobre o processo de luta e aprovou a ideologia de articulação com movimentos internacionais afins, reafirmando que a guerra era contra os inimigos de classe e não de raça. O congresso deliberou sobre assuntos que ameaçavam a unidade nacional. A esse respeito, o Comitê Central foi alargado para incluir os radicais mais jovens que apoiavam a revolução social e uma campanha de guerrilha mais generalizada. Na sequência dessas mudanças, Oswaldo Assahel Tazama, chefe do Comando Provincial desde a sua criação em março de 1965, foi designado chefe da Defesa Nacional, deixando um vazio. Visando reorganizar a estrutura interna, nasceu desse modo, o segundo Comando Provincial que, segundo Goy-Goy, estava assim constituído:

1. Pedro Juma - chefe do Departamento de Defesa Provincial;
2. Romão Fernando Farinha - chefe das Operações Provincial. Após a sua morte, foi substituído por Bernardo Moisés Goy-Goy¹⁴;
3. Bernardo Kajika - comissário Político Provincial. Depois da sua morte, foi substituído por Mário Sive;
4. António Felisberto Chicussa - adjunto chefe das Operações Provincial.

Esse foi o comando que dirigiu as operações militares e dinamizou as estruturas sociais até a data do cessar-fogo. Na qualidade de membros do comando do Niassa, dirigiram a província depois da independência. No limiar dos anos 1970, para vingar-se da perda no campo militar, as autoridades coloniais empreenderam uma ofensiva que ficou conhecida por operação “Nó Górdio”, visando o derrube imediato das forças revolucionárias da FRELIMO. De acordo com Ferrão (2001, p. 30) “O chefe do Estado Maior do Exército em Moçambique, o General Kaúlza de Arriga, acreditou que podia infringir à FRELIMO uma derrota decisiva através de uma ofensiva militar directa, contra ela”. Lançada em maio de 1970, no Planalto dos Makonde

¹⁴ Bernardo Moisés Goy-Goy na qualidade de chefe das Operações Provincial e substituto do chefe do Departamento de Defesa Provincial, na sequência do respectivo chefe, Pedro Juma, ter sido nomeado Governador da Província de Maputo, coube-lhe receber e dirigir o Governo de Niassa, até maio de 1976, quando foi nomeado Aurélio Benefe Manave, primeiro Governador da Província de Niassa.

(Mueda), a ofensiva rapidamente atingiu a Província de Niassa. Bernardo Goy-Goy conta que essas forças quando chegassem às zonas libertadas, destruía tudo o que tivesse vida: homem, animal e vegetal (milho), numa estratégia de ceifar para não existir nada. Esta atitude visava, caso escapasse, o militante da revolução morresse ao menos de fome.

De acordo com os nossos entrevistados, dada a capacidades das forças opostas coloniais, as operações consistiam em controlar o ar através da aviação, a terra através das forças terrestres e o mar através da força naval. O inimigo, a partir das encostas do lago Niassa, podia penetrar até o interior por meio de ligação entre as forças navais e as terrestres. As operações caracterizavam-se pelo uso de armamento pesado, como canhões, morteiros, granadas, tanques, blindados, helicópteros, caterpilares para abertura de estradas, entre outros. Diante da superioridade armamentista, as forças da revolução podiam opor-se com uma defesa antiaérea escassa, metralhadoras, canhões de 75 mm, morteiro 80 mm ou 60 mm, bazucas, granadas e minas. Em suma, armas de pequeno e médio porte.

A guerrilha que agora contava com uma nova liderança desde maio de 1970, com Samora Moisés Machel a ocupar a presidência na sequência da morte de Eduardo Mondlane em fevereiro de 1969, continuou ainda mais firme. É neste momento que claramente se nota a transição de tendências da FRELIMO. Passava-se de uma Frente “nacionalista” (desde 1962) à Frente “nacionalista-revolucionária” (a partir 1969), com Machel (CAHEN, 2005). Não era somente o otimismo que caracterizava os combatentes da luta de libertação, mas também desilusões, se considerarmos as deserções. É exemplo disso Mateus Barnabé Malipa, autor do ataque à base Naval de Metangula, que rumou para fora da FRELIMO em 1965. De acordo com Calumbaine, Malipa havia se desentendido com o chefe das operações, António dos Santos da Silva por questões de disciplina. Para além deste fato, pode ter contribuído, por hipótese, certa desmoralização, visto que, segundo ficou por aqui dito, apesar de desempenhar importante papel na abertura da frente de Niassa, não fez parte do primeiro comando. Aliás, para além de Oswaldo Tazama, chefe do DDP, o outro do primeiro grupo que fez parte foi Mateus Cassonjola, chefe adjunto do material, que também, a um dado momento, deixou as fileiras.

Posteriormente, também o comandante Silva abandonou o exército, não se sabendo ao certo que razões o teriam motivado, se é que não sofria pressões internas por ter repellido o anfitrião do processo de libertação no Niassa. Depois de se entregar à PIDE, radicou-se no Malawi e traiu a FRELIMO, pois ele passou a ser agente da PIDE e era contra os guerrilheiros que usassem o Malawi para alcançar outros pontos de Moçambique. Ele denunciava e mandava prendê-los (NDEGUE, 2009). Colocado em Milange na Zambézia, atrapalhou a reabertura da luta nessa província, posto que em 1964 fora chefe do primeiro grupo destacado para lançar as

primeiras ações do início da luta armada em simultâneo com as de Cabo Delgado e Niassa, além de ter pertencido ao subgrupo que atacou o posto de administrativo de Tacuane, distrito de Lugela. As ações teriam sido interrompidas devido à intensa ação do inimigo e a relutância da população, o que parece ter ocorrido por falta de realização de um bom trabalho de mobilização e reconhecimento (SRCLLN, 2003; MAAC-DNHPLLN, 2002).¹⁵

Não seria justo terminar esta abordagem sem falar do papel da Missão de Messumba, no processo de luta. Este, aliás, ocorrido na província de Niassa, contou com forte contribuição da Missão Anglicana de Messumba, batizada com o nome de Missão São Bartolomeu. A missão foi o epicentro do nacionalismo neste ponto do país, dada a sua doutrina protestante neutra, cuja relação com o regime colonial não era direta, tal qual era a da Igreja Católica. De acordo com o padre Francisco Kankongue, os dirigentes da Missão sempre lutaram pela liberdade da consciência e da integridade humana, segundo os preceitos bíblicos. Importante sublinhar que em 1944, Messumba teria sido a única missão protestante na colônia a lecionar o segundo grau do ensino primário, pois, o ensino oficial estava encarregado às missões católicas (ROCHA; HEDGES, 1999).

Com o despontar do movimento pela independência, a missão, através dos seus estudantes, trabalhadores e crentes em geral que haviam assimilado seus princípios, desencadeou uma ação de mobilização e recrutamento dos jovens para a sua aderência. Com efeito, o governo colonial, ciente dos acontecimentos da missão, ficou em alerta a fim de acompanhar o desenrolar das atividades nacionalistas na Missão e enviou espiões. O próprio Daniel Polela, segundo Ndegue (2009), começou sendo enviado das autoridades coloniais à Missão em 1962 a fim de reconhecer a ação da FRELIMO. Porém, quando ali chegou tratou de alertar os integrantes sobre a atenção que deviam ter com as autoridades coloniais devido às suas ações políticas.

Dos 11 integrantes do primeiro grupo, com a exceção de três (Casimiro Malibane, Tiago Valério Ntucu e José Teodoro Ntaúma) que eram de Cabo Delgado, os restantes eram naturais do Lago e foram estudantes da referida Missão. O pai de Polela era padre anglicano e Mateus Malipa fora professor da mesma Missão (NDEGUE, 2009). Até a data da nossa entrevista, Matias Macoco era padre anglicano em Metangula. Vimos ainda que, aquando da entrada dos primeiros guerrilheiros, eles contavam com o apoio dos padres para acolhê-los e facilitar a encontrar meios para o transporte do material. A Missão de Messumba contribuiu de certa forma

¹⁵Seminário Regional dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (SRCLLN); Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes - Direção Nacional de História e Patrimônio da Luta de Libertação Nacional (MAAC-DNHPLLN), respectivamente.

no despertar do espírito nacionalista e na difusão da política da FRELIMO na região. Existiriam mais evidências se o espaço não fosse limitado.

Portanto, uma das consequências diretas da ação exercida pelos movimentos de luta de libertação nas colônias africanas foi a revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal. A referida ação militar representa uma rendição do exército português frente aos movimentos de luta por independência. O resultado imediato para Moçambique foi o Acordo de Lusaka, na Zâmbia, assinado entre a FRELIMO e o governo português, a 07 de setembro de 1974, que pôs fim à guerra de libertação (FERRÃO, 2002). Em seguida, após um período de preparação, a independência seria proclamada em 25 de junho de 1975, marcando o início de uma nova era.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprida agora, resgatar e dar relevo a alguns dos aspectos que dominaram a nossa abordagem no presente artigo. A luta armada em Moçambique surge da necessidade de libertar o homem e a terra do jugo colonial, uma vez que a violência demonstrava ser a única via que restava para a conquista da independência por falta de vontade das autoridades coloniais em negociar uma possível concessão da autonomia de forma gradual e pacífica. Ainda que houvesse apelos internacionais nesse sentido, Portugal procurava forjar as suas políticas coloniais como forma de justificar a sua permanência.

O que facilitou a ação dos guerrilheiros na frente do Niassa foi o bom trabalho de sensibilização e a compreensão da necessidade de luta pela população, dado o seu relativo nível de esclarecimento e o avanço do nacionalismo na região, cujo papel da Missão São Bartolomeu (Messumba) foi preponderante. Outra razão não desprezível, que terá contribuído tanto para a difusão das informações mobilizadoras quanto para a penetração dos guerrilheiros ao longo de todo o processo, é o fato da província de Niassa partilhar fronteira com a Tanzânia, o que de certa forma facilitava a comunicação com o quartel-general no exílio naquele país.

O avanço da luta na província de Niassa com alguns resultados significativos não foi determinado exclusivamente pela força militar, quando se olha para o poderio militar do oponente. Mas, a entrega dos guerrilheiros e o envolvimento da população, que compreendiam a necessidade da guerra como justa e oportuna para garantir a soberania do povo e a integridade territorial, alienadas por longos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo histórico e discurso ideológico-caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular. **Africana Studia**, edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 8, p. 39-67, 2005.

FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**. Maputo: Diname, 2002.

GRAÇA, Pedro Borges. **A Construção da Nação Em África**. Coimbra: Ed. ALMEDINA, 2005.

HEDGES, David; ROCHA, Aurélio. A Reestruturação da Sociedade Moçambicana, 1938-1944. In: HEDGES, David (coord.). **História de Moçambique, vol. 2: Moçambique no auge do Colonialismo 1930 – 1961**. 2. ed. Maputo: UEM, 1999.

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. A Contestação da Situação Colonial:1945-1961. In: HEDGES, David (coord.). **História de Moçambique, vol. 2: Moçambique no auge do Colonialismo 1930 – 1961**. 2.ed. Maputo: UEM, 1999.

HONWANA, Raúl Bernardo. **Memórias**. Maputo: Marimbique, 2010.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Tradução de Maria da Graça Forjaz. S/l: Terceiro Mundo, 1975.

NDEGUE, David F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa vol.1**. Maputo: JV Editores, 2009.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 2012.

NEVES, Olga Maria L. S. Iglésias. **O Movimento Associativo Africano em Moçambique: tradição e luta (1926-1962)**. 2008. 343f. Tese (Doutoramento em História) -Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

POLELA, Daniel, A. **Autobiografia**. Nampula: s/d, 20p.

SRCLLN. **Luta Armada de Libertação Nacional: Província da Zambézia**. Quelimane: SRCLLN, 2003.

VAISSE, Maurice. **As Relações Internacionais desde 1945**. Lisboa: Editora: Biblioteca 70, 2009.

DOCUMENTOS:

ACLN. **Comunicação sobre a luta de Libertação-Niassa**. Lichinga. s/d.

DPAAC. **Niassa Início e Desenvolvimento da Luta de libertação Nacional**. Lichinga. 2005.

GRÉMIO AFRICANO DE LOURENÇO MARQUES. **Estatutos**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1920. In: AHM-UEM. Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

INSTITUTO NEGRÓFILO. **Estatutos**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1934. In: AHM-UEM, Direção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

MAAC-DNHPLLN. **Síntese final do 1º seminário nacional dos combatentes da luta de libertação nacional (de 13 a 16 de março de 2002)**. Maputo: DNHPLLN, 2002.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto Lei 39.666**, de 20 de maio. Sobre o Estatuto dos indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Boletim Oficial de Moçambique nº 22, I série. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 31 de maio de 1954.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Lei 2:048 de 11 de junho de 1951**. Diário do Governo, I nº 117, Série. Lisboa, 1951. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/153817>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

Relação nominal dos entrevistados

Sobre a luta armada				
Nº	Nomes	Ingresso na FRELIMO	Local de entrevista	Ano da entrevista
Guerrilheiros de 25 de setembro				
1.	Daniel Assahel Polela	1962	Nampula	2009
2.	Henriques Catarino Calumbaine	1963	Lunho-Lago	2010
3.	Mateus Kassanjola	1963	Metangula	2010
4.	Matias Paulo Macoco	1963	Metangula	2010
5.	Demais guerrilheiros			
6.	André Jaime Chaima	1965	Metangula	2010
7.	Bernardo Moisés Goy-Goy	1965	Lichinga	2007, 2010
8.	Eduardo Assane Ali	1965	Lichinga.	2007, 2010
9.	Eduardo Ussene Chimela	-----	Lichinga	2010
10.	Erasto Mulembue	-----	Lichinga	2007
11.	Francisco Anónio Chaibo	1964	Lichinga	2010
12.	Herculano Rajabo Mohamed	1970	Lichinga	2007, 2010
13.	Jaime Guilherme Cumpenda	1963	Lunho-Lago	2010
14.	João Rachide Chitupila	-----	Lichinga	2007
15.	José Mário Njato	1970	Metangula	2010
16.	Lucas Massange	1965	Metangula	2010
17.	Luciano Messane Slemane	1968	Lichinga	2007, 2010
18.	Luís Amado	1966	Metangula	2010
19.	Manue Omar	1965	Metangula	2010
20.	Martins Mussa.	1965	Metangula	2010
21.	Miguel Chiúllica	1965	Metangula	2010
22.	Mónica Khuni	1964	Lichinga	2007, 2010
23.	Rui Cabinda Maluza	1965	Matchedje, Lichinga	2008, 2010
24.	Xavier Paulo Weld	-----	Lichinga	2007
Sobre a Missão Anglicana de Messumba				
25	Francisco Sidney Kakongue- Padre superior da Missão		Messumba	2010

Fonte: Autor, 2020

Recebido em: 23/03/2022
Aprovado em: 30/10/2022